

Embuca Geração e Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', is written over the printed name and title.

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.647	79
Contas a receber de clientes		2.126	-
Estoques	4	3.991	3.079
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4.443	1.059
Outros tributos a recuperar		-	-
Conta de ressarcimento		-	-
Outros ativos		2.560	301
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		14.767	4.518
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	5	68.405	55.687
Conta de ressarcimento		2.873	-
Tributos diferidos		6.046	1.291
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-
Outros ativos		-	-
Imobilizado, líquido	6	75.223	77.466
Intangível, líquido		448	490
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		152.995	134.934
TOTAL DO ATIVO		167.762	139.452
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.275	888
Empréstimos e financiamentos	7	5.409	5.094
Contas a pagar partes relacionadas		27	420
Conta de ressarcimento	8	23.550	4.690
Passivo de arrendamento		-	143
Imposto de renda e contribuição social a pagar		539	578
Outros tributos a pagar		137	133
Dividendos a pagar		5.856	273
Outras obrigações		-	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		36.793	12.219
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	7	29.527	35.235
Conta de ressarcimento	8	-	16.247
Passivo de arrendamento		-	2.333
Provisão para desmobilização		1.434	1.265
Tributos diferidos		-	-
Dividendos a pagar		-	5.219
Outras obrigações		61	59
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		31.022	60.358
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social subscrito e integralizado		66.945	52.660
Reserva de lucros		33.002	14.215
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	99.947	66.875
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.762	139.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	10	22.660	24.516
Custo de produção e operação de energia	11	(11.491)	(9.175)
LUCRO BRUTO		11.169	15.341
Gerais e administrativas	12	(794)	(469)
Outras (despesas) receitas operacionais		35	430
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(759)	(39)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		10.410	15.302
Receitas financeiras		8.740	6.536
Despesas financeiras		(4.055)	(4.711)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	4.685	1.825
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		15.095	17.127
Imposto de renda e contribuição social corrente		4.113	(2.601)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(57)	414
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	4.056	(2.187)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.151	14.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.151	14.940
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	19.151	14.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		37.560	114	-	(566)	37.108
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.940	14.940
Aumento de capital social		15.100	-	-	-	15.100
Constituição de Reserva legal		-	719	-	(719)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	13.382	(13.382)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(273)	(273)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	52.660	833	13.382	-	66.875
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.151	19.151
Aumento de capital social		14.285	-	-	-	14.285
Constituição de Reserva legal		-	958	-	(958)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	17.829	(17.829)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(364)	(364)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9	66.945	1.791	31.211	-	99.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMBUACA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais:			
Lucro Líquido do exercício		19.151	14.940
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	4.478	5.089
Atualização monetária de ressarcimento	13	1.265	1.445
Juros sobre passivo de arrendamento	13	221	246
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13	(5.221)	(5.471)
Encargos financeiros de dívidas	13	2.292	2.506
Tributos e contribuições sociais diferidos		57	(414)
		<u>22.243</u>	<u>18.341</u>
Variação de ativos e passivos operacionais		(13.705)	(16.593)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(963)	(2.777)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Juros)		(1.595)	(1.779)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(221)	(246)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		5.759	(3.054)
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	(4.732)	(5.727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.732)	(5.727)
Atividades de financiamentos:			
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		(7.497)	(2.816)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)		(5.590)	(5.377)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)		(500)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(157)	(157)
Aumento de capital	9	14.285	15.100
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		541	6.750
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.568	(2.031)
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		79	2.110
		<u>1.647</u>	<u>79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede em Trairi, estado do Ceará, Fazenda Timbauba S/N, Zona Rural, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Embuaca.

A Companhia é controlada diretamente pela MS Participações Societárias S.A e indiretamente pela Auren Operações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Operações S.A.)

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva ("LER") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de Aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh (i)
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/2010	17/08/2045	35 anos	13	27,3	11,1

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Embuaca	2º LER/2009	CCEE	96.360	347,51	jul/12	jun/32	IPCA	Julho

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 28 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$22.2067.701 (R\$7.701 em 31 de dezembro de 2023), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *Constrained-off* mencionado na nota 12.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliaram os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	1.246	79
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	401	-
Total	1.647	79

4 ESTOQUES

	2024	2023
Almoxarifado	3.991	3.079
Total	3.991	3.079

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no “custo médio ponderado”.

5 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2024	2023
<u>Não Circulante</u>		
Garantias de financiamento (i)	68.405	55.687
Total	68.405	55.687

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos das dívidas. A integridade dos recursos retidos nestas contas devem ser aplicados seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$ 68.405 (R\$ 55.687 em 31 de dezembro de 2023) está aplicado em CDBs, a rentabilidade média apurada foi de 96,75% do CDI (95,86% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.400
Adições	31.802
Atualização monetária	5.471
Baixas e resgates	(28.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	55.687
Adições	47.184
Atualização monetária	5.221
Baixas e resgates	(39.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	68.405

6 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

6 IMOBILIZADO--Continuação

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos complexos Eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16%	22.166	(10.566)	11.600
Máquinas e equipamentos	4,08%	91.926	(45.711)	46.215
Móveis e utensílios e outros	6,25%	176	(146)	30
Veículos		117	(117)	-
Imobilizado em serviço		114.092	(56.277)	57.815
Imobilizado em curso (i)		17.378	-	17.378
Bens vinculados às concessão e autorizações		131.763	(56.540)	75.223
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	2.107
Total Imobilizado		131.763	(56.540)	77.466

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.166	-	-	-	22.166
Máquinas e equipamentos	91.855	-	-	71	91.926
Móveis e utensílios e outros	176	-	-	-	176
Veículos	117	-	-	-	117
Imobilizado em serviço	114.314	-	-	71	114.385
Imobilizado em curso	13.364	4.732	-	(718)	17.378
Bens vinculados às concessão e autorizações	127.678	4.732	-	(647)	131.763
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3.183	-	(3.183)	-	-
Subtotal	130.861	4.732	(3.183)	(647)	131.763
Depreciação / Amortização arrendamento	(53.395)	(4.438)	1.250	43	(56.540)
Total Imobilizado	77.466	294	(1.933)	(604)	75.223

6 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.128	-	-	38	22.166
Máquinas e equipamentos	99.236	-	(8.103)	722	91.855
Móveis e utensílios e outros	176	-	-	-	176
Veículos	117	-	-	-	117
Imobilizado em serviço	121.657	-	(8.103)	760	114.314
Imobilizado em curso	5.113	5.727	-	2.524	13.364
Bens vinculados às concessão e autorizações	126.770	5.727	(8.103)	3.284	127.678
Direito de uso de terreno arrendado	3.573	-	(390)	-	3.183
Subtotal	130.343	5.727	(8.493)	3.284	130.861
Depreciação / Amortização arrendamento	(50.145)	(5.047)	1.441	356	(53.395)
Total Imobilizado	80.198	680	(7.052)	3.640	77.466

- (i) Refere-se às reclassificações do imobilizado para estoques.
- (ii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	2024							
			Circulante			Não Circulante				Total circulante + não circulante
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	
BNB	2030	4.391	69	(562)	3.898	25.460	-	(2.483)	22.977	26.875
BNDES	2030	1.637	28	(154)	1.511	7.231	-	(681)	6.550	8.061
Total da dívida		6.028	97	(716)	5.409	32.691	-	(3.164)	29.527	34.936

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	2023							
			Circulante			Não Circulante				Total circulante + não circulante
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
BNB	2030	3.986	79	(475)	3.590	29.851	(2.574)	27.277	30.867	
BNDES	2030	1.623	35	(154)	1.504	8.793	(835)	7.958	9.462	
Total da dívida		5.609	114	(629)	5.094	38.644	(3.409)	35.235	40.329	

7 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

7.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.979
Ingressos	-
Encargos financeiros	1.763
Variação monetária	113
Pagamento de principal	(5.377)
Pagamento de encargos financeiros	(1.779)
Diferimento dos custos de transação	-
Amortização dos custos de transação	630
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.329
Ingressos	-
Encargos financeiros	1.554
Variação monetária	80
Pagamento de principal	(5.590)
Pagamento de encargos financeiros	(1.595)
Diferimento dos custos de transação	(500)
Amortização dos custos de transação	658
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34.936

7.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	59.700	01/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	30.867	Maio/2030	Construção do Parque Eólico
BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,76%	Mensal	Mensal	9.462	Maio/2030	Construção do Parque Eólico

7.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos e Financiamentos	Custos de transação	Total
2025	-	-	-
2026	6.456	(716)	5.740
2027	6.732	(716)	6.016
2028	6.918	(716)	6.202
2029	8.090	(716)	7.374
Após 2030	4.495	(300)	4.195
Total	32.691	(3.164)	29.527

7.4 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

8 CONTAS DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	35.094
Adição / reversão	-	5.088
Amortização	-	(20.690)
Atualização monetária	-	1.445
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	20.937
Adição / reversão	-	3.857
Amortização	-	(4.559)
Transferência	2.873	2.873
Atualização monetária	-	442
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.873	23.550

Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de Constrained-off ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

8 CONTAS DE RESSARCIMENTO--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período “definitivo” do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 66.945 (R\$52.660 em 31 de dezembro de 2023), composto por 76.788.341 (66.446.618 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de março de 2024 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 7.445. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 30 de junho de 2024 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 2.780. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 16 de dezembro de 2024 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 3.810. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

Em 30 de dezembro de 2024 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 250. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

9.2 Reserva de lucros

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$958.

9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

9.2 Reserva de lucros--Continuação

Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu uma reserva de investimentos no montante de R\$17.829.

9.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$364 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

(c) Leilão de Energia Reserva (LER)

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	2023
Contratos bilaterais	22.752	18.291
Ressarcimento de energia	944	6.726
Mercado de curto prazo	29	8
Receita operacional bruta	23.725	25.025
(-) PIS e COFINS	(1.065)	(509)
Receita operacional líquida	22.660	24.516

11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(2.641)	-
Mercado de curto prazo	(64)	(7)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.630)	(1.419)
Taxa de fiscalização ANEEL	(124)	(113)
Subtotal	(4.459)	(1.539)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.005)	(2.431)
Depreciação e amortização	(4.478)	(5.089)
Seguros	(396)	-
Arrendamentos e aluguéis	(153)	(49)
Contribuições setoriais	-	(17)
Outros custos operacionais	-	(50)
Subtotal	(7.032)	(7.636)
Total	(11.491)	(9.175)

12 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de terceiros	(739)	(467)
Material	(51)	(2)
Outros	(4)	-
Total	(794)	(469)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	12	264
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	5.221	5.471
Variações monetárias	2.298	-
Outras receitas financeiras	1.209	801
Subtotal	8.740	6.536
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(2.292)	(2.506)
Atualização provisão desmobilização	(170)	(354)
Atualização ressarcimento	(1.265)	(1.445)
Juros sobre arrendamento	(221)	(246)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado /intangível em curso	-	-
Tarifas e encargos bancários	(104)	(64)
Outras despesas financeiras	(3)	(96)
Subtotal	(4.055)	(4.711)
Total Líquido	4.685	1.825

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	27.639	27.374	27.639	27.374
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Alíquota lucro presumido crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Receita presumida	2.211	2.190	3.317	3.285
Outras receitas	4.658	5.034	4.658	5.034
Base de cálculo	6.869	7.224	7.975	8.319
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.030)	(1.084)	(718)	(749)
Adicional 10%	(663)	(698)	-	-
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)	4.791	-	1.733	-
Outros ajustes	(1)	(51)	1	(19)
IRPJ e CSLL corrente	3.097	(1.833)	1.016	(768)
IRPJ e CSLL diferido	(37)	269	(20)	145
IRPJ e CSLL no resultado	3.060	(1.564)	996	(623)

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	1.246	1.246	79	79	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromis	3	401	401	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		2.126	2.126	-	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	5	68.405	68.405	55.687	55.687	Custo amortizado
Conta de ressarcimento		2.873	2.873	-	-	Custo amortizado
Total		75.051	75.051	55.766	55.766	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		1.275	1.275	888	888	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	7	34.936	34.936	40.329	40.329	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		27	27	420	420	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8	23.550	23.550	20.937	20.937	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	2.476	2.476	Custo amortizado
Dividendos a pagar		5.856	5.856	5.492	5.492	Custo amortizado
Total		65.644	65.644	70.542	70.542	

15.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.1) Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.647	79
Contas a receber de clientes	2.126	-
Cauções e depósitos vinculados	68.405	55.687
Total	72.178	55.766

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	34.936	40.329
Caixa e equivalentes de caixa	(1.647)	(79)
Garantias de financiamento	(68.405)	(55.687)
Dívida líquida	(35.116)	(15.437)
Patrimônio líquido	99.947	66.875
Dívida líquida / Patrimônio líquido	-35,13%	-23,08%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 7.4.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Empréstimos e Financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	1.275	-	-	-	1.275	888
Empréstimos e financiamentos	576	6.813	15.305	20.861	43.555	50.410
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	2.600
Dividendos a pagar	-	5.856	-	-	5.856	5.492
Total	1.851	12.669	15.305	20.861	50.686	59.390

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	401	-
Quotas de fundos de investimento	-	-
Conta de ressarcimento	(20.677)	(20.937)
Empréstimos e financiamentos	(38.816)	(44.367)
Total	(59.092)	(65.304)

O montante de empréstimos, financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Aplicações financeiras	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	401	28	42	56	70	84
Impacto no resultado			28	42	56	70	84
Total da exposição líquida			28	42	56	70	84

Empréstimos e financiamentos	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			4,38%	6,56%	8,75%	10,94%	13,13%
BNDES	TJLP	(10.451)	(650)	(882)	(1.114)	(1.347)	(1.580)
Impacto no resultado			(650)	(882)	(1.114)	(1.347)	(1.580)
Total da exposição líquida			(650)	(882)	(1.114)	(1.347)	(1.580)

Ressarcimento	Risco	31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - ativo	IPCA	2.873	72	108	144	180	215
Ressarcimento - passivo	IPCA	(23.550)	(589)	(883)	(1.178)	(1.472)	(1.766)
Impacto no resultado			(517)	(775)	(1.034)	(1.292)	(1.551)
Total da exposição líquida			(517)	(775)	(1.034)	(1.292)	(1.551)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") e com Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), a dívida junto ao BNB possui taxa prefixada dessa forma, sem exposição ao risco de mercado, conforme nota explicativa nº 7.

O montante relacionado a Dívida apresentado na tabela acima não contempla os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação

de reparação de danos ambientais.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.1) Risco socioambiental--Continuação

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período definitivo (outubro de 2021 em diante).

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos por *constrained-off* serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

***Constrained-off* de usinas eólicas--Continuação**

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brígida I, Ventos De Santa Brígida II, Ventos De Santa Brígida III, Ventos De Santa Brígida IV, Ventos De Santa Brígida V, Ventos De Santa Brígida VI e Ventos De Santa Brígida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

15.1 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares--Continuação

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.